



A arte de decidir

Nossas decisões tornam-se imutáveis com o passar do tempo, mas suas conseqüências podem ser trabalhadas. Uma escolha feita há anos pode ter sido capaz de mudar completamente nossas vidas, mas temos que ter a consciência de que nossos caminhos podem ser retraçados.

Tanto no contexto executivo como no pessoal, é sempre desafiador fazer escolhas sem saber ao certo qual será seu "eco" em nosso futuro. Na esfera profissional, há sempre a dúvida se vamos ou não optar pela carreira certa ou se a empresa que estamos escolhendo para trabalhar vai mesmo suprir nossas expectativas. Na vida a dois, saber momento exato de casar, de ter filhos ou mesmo de se separar é um período delicado em que um passo em falso pode nos colocar frente a algumas perdas irreparáveis. Talvez por essas circunstâncias, uma importante postura seja compartilhar esses momentos com um profissional especializado, que possa nos auxiliar a enxergar cada situação por ângulos que, sozinhos, não conseguiríamos.

Podemos citar como exemplo o atual drama do jogador Ronaldo. Em 2000, quando ele operou o joelho, muitos acreditavam que sua carreira estava acabada. E como a Fênix, ave mítica que renasce das cinzas, ele não apenas retornou aos gramados, como ainda ajudou o Brasil a ser pentacampeão do mundo em 2002, sendo o artilheiro da Copa. E agora, quando uma lesão semelhante aconteceu, com uma idade mais avançada, ele tem que tomar uma importante decisão mais uma vez: parar ou não com a sua carreira de jogador? Mesmo alegando que será seu corpo, e não sua mente, que responderá isso, sabemos que essa não é uma decisão tão cartesiana; tão simples de ser tomada.

Quando estava no time do Cruzeiro atuando como Coach Esportivo, presenciei inúmeros casos de atletas com sérias contusões. Posso destacar o caso do jogador Kerlon, conhecido como "foquinha" que, com menos de 20 anos, sofreu sua terceira lesão no joelho. Durante o trabalho, conversava constantemente com ele e com outros atletas

que passaram por situação semelhante, auxiliando-os a enfrentar o momento dentro de uma perspectiva mais fortalecedora.

A palavra-chave para se reencontrar dentro dessa perspectiva é adaptação. Aprender a comportar-se em situações de incerteza e tomar decisões lúcidas, mesmo quando inseguro, é uma habilidade crucial para termos equilíbrio em uma vida tão instável. Trabalhos recentes na área da psicologia positiva, como o realizado pelo psicólogo húngar-americano Mihaly Csikszentmihalyi da Universidade de Chicago, mostram que quanto maior a capacidade das pessoas de transcender suas dúvidas e receios encontrando um ambiente mental de equilíbrio e bem estar, maiores serão as suas chances de ser feliz. E como já disse anteriormente, a procura de um profissional especializado em dar suporte às pessoas para explorar seus potenciais inexplorados é algo de extrema importância.

Ao longo dos anos, encontrei pessoas incríveis que tinham perdido a fé em si mesmas e na capacidade de terem sucesso novamente. Após o acompanhamento e os trabalhos de direcionamento feitos por um profissional, é visível o retorno do sentimento de vitória, de capacidade de superar as dificuldades e o mais importante: a aceitação do que se fez de errado como uma lição, e não uma derrota.

Motivação, segurança e direcionamento, quando bem trabalhados, representam a fórmula de uma vida promissora no campo pessoal e profissional; ainda mais atualmente, quando parece ser mais difícil separar esses dois lados do dia-a-dia.

Só nos resta batalhar para que esses dois lados consigam ter a melhor conciliação possível, nessa eterna busca pela felicidade. E no labutar dessa busca, nada é imutável.



Ricardo Melo é escritor, especialista em Coaching de executivos e de atletas profissionais.



O ciclo vicioso da saúde no Brasil

A regulamentação jurídica da economia da saúde deveria ter como objetivo mediar um dos maiores conflitos da sociedade moderna: o anseio por uma vida saudável e mais longa de todos os indivíduos versus a limitação dos recursos disponíveis para financiar os custos de acesso a produtos e serviços de saúde que atendam a esse anseio. No entanto, no Brasil, tal regulamentação apenas causa mais conflitos.

Os anseios da população por produtos e serviços cada vez melhores é respondido pelas empresas que gastam mais com pesquisa e desenvolvimento (P&D). Isso resulta em mais e mais produtos com tecnologias inovadoras.

As empresas têm duas grandes preocupações: financiar os investimentos em P&D e uma produção mais cara, bem como dar retornos atrativos aos acionistas e investidores que assumem o risco da busca por inovação. Para conciliar os interesses, as empresas são levadas a aumentar os preços na venda. A situação se agrava ainda mais em consequência do ritmo acelerado da inovação, que encurta os ciclos de vida dos produtos.

Incapazes de resistir à pressão da população e de seus segurados, os financiadores do sistema buscam repassar a responsabilidade para a indústria, procurando modos de reduzir os preços praticados por ela e aliviar o sistema como um todo. Para conseguir isso, os financiadores se utilizam de normas, criadas pelo Congresso Nacional, que visem subjugar a indústria, retirando-lhe a capacidade de fixar seus próprios preços.

O poder público tem condição privilegiada nesse sistema, pois, além de ser seu financiador, é o regulador do mercado, por meio da CMED – Câmara de Regulação de Medicamentos. O órgão governamental tem poder sobre o maior resquício da visão autoritária em nosso sistema jurídico: o controle de preços de medicamentos.

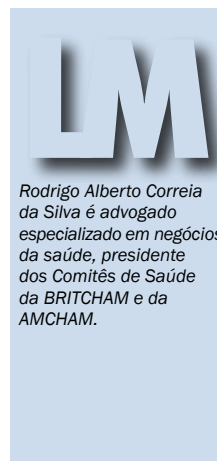
Através do órgão, o poder público define o preço de lançamento dos medicamentos e também a sua correção anual, de forma altamente discricionária, inexplicavelmente apoiada pelo poder judiciário. Este permite uma interpretação ampla dos poderes

da CMED, contrária à Constituição Federal, que só admite este tipo de controle para as concessões de serviço público – ainda assim, nesses casos, de forma muito menos politizada e discricionária, pois prevista nos contratos de concessão aos quais as empresas só aderem de espontânea vontade.

Recentemente, o poder público criou regulamentação em seu próprio benefício como comprador: o CAP, um índice de “adequação” de preços que impõe um desconto de aproximadamente 25% nos medicamentos vendidos em programas oficiais. Ou seja, o poder público obriga as empresas a fornecerem medicamentos por preço menor do que o praticado na venda à população, o que me parece um conflito de interesses.

Essa situação coloca o Brasil sob o holofote internacional como um país pouco confiável, que, com medidas tiradas da algibeira, afronta a segurança imprescindível aos investimentos de longo prazo, como os produtivos. Em um mundo em que as empresas podem investir em qualquer país e em qualquer setor, e os investidores cobram decisões racionais, só conseguimos atrair o capital pagando um altíssimo prêmio de risco. Ainda assim, são investimentos voláteis a qualquer sinal de problema, e que, por isso, não geram empregos ou avanços na economia.

A única forma de gerar bem-estar social, depois da derrocada dos diversos sistemas de economia fechada pelo mundo, é o desenvolvimento da atividade empresarial produtiva, preferencialmente de pesquisa com alto valor agregado. A única maneira de atrair investimentos e know-how deste gênero é ofertar um ambiente de negócios seguro e estável. No entanto, insistimos em assistir, de braços cruzados, ao Estado brasileiro tomar medidas autoritárias na área da saúde, privilegiando a economia dos cofres públicos em um segmento prioritário, prejudicando nosso bem-estar.



Rodrigo Alberto Correia da Silva é advogado especializado em negócios da saúde, presidente dos Comitês de Saúde da BRITCHAM e da AMCHAM.